

Buaiz mantém demissões, mas dialoga com PT

Governador se reuniu ontem com cúpula petista para "afinar" sua política com as teses do partido

GUSTAVO ALVES

VITÓRIA — O governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PT), embarcou ontem para Brasília disposto a não ceder às pressões do diretório nacional do PT, que quer que ele reveja a demissão de 700 funcionários do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), efetuadas semana passada. Buaiz tinha uma reunião marcada, no início da tarde de ontem, no Congresso, com o presidente do PT, José Dirceu, e vários parlamentares petistas.

O governador não comentou a resolução do partido divulgada na terça-feira, que condena as demissões, mas disse que as críticas contra ele de petistas de fora do Estado se devem a "informações desencontradas". Buaiz defendeu um acompanhamento mais próximo do diretório nacional do PT aos esforços de seu governo para sanear as finanças.

Na reunião com Dirceu e dirigentes do partido, Buaiz esperava "afinar" a política de seu governo com as teses do PT. "Queremos garantir justiça para a folha de pagamento do governo do Estado e para o discurso do partido", disse pela manhã.

O governador elogiou algumas propostas do projeto de reforma administrativa do governo federal, como a fixação de um teto salarial para o funcionalismo público e o controle, pelo Executivo, dos salários e contratações do Poder Judiciário. "Somos nós (os governadores) que pagamos por isso", disse. Para Buaiz, essas propostas estão de acordo com teses defendidas pelo PT.

Buaiz também iria se reunir, para tratar da crise financeira do Espírito Santo, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o secretário-adjunto do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Mendonça de Barros, e o ministro interino dos Transportes, José Luiz Portela.

Buaiz pretendia entregar a Mendonça de Barros os documentos da aprovação do projeto de desestatização do seu governo para conseguir um empréstimo de R\$ 300 milhões, que seriam necessários para ajustar o pagamento dos servidores capixabas, atrasado em três meses.